CLASSES SOCIAIS RURAIS E COOPERATIVISMO AGRÍCOLA: NOTA DE PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

GLÁUCIO ARY DILLON SOARES

Institute of International Studies University of Califórnia, Berkeley

Êste artigo versa sôbre a atração diferencial que o cooperativismo exerce sôbre as classes sociais rurais. O cooperativismo tem sido visto, pelo menos teòricamente, como uma solução racional para problemas de vários tipos, sobretudo econômicos, que afligem muitos indivíduos. Cada indivíduo, isoladamente, estaria impossibilitado de resolver êstes problemas, mas muitos dêstes problemas poderiam ser solucionados através da soma de esforços individuais, sendo o cooperativismo uma das maneiras de promover e organizar êste esfôrço comum.

Evidentemente, o número de problemas que podem ser solucionados individualmente não é uma constante: êste número varia de acôrdo com a posição do indivíduo na estrutura de classes, isto é, com o *status* socioeconômico do indivíduo. [1] Quanto mais baixo

1) Em trabalhos mais especializados no terreno da estratificação social, o autor tem procurado distinguir os *strata* socioeconômicos das classes sociais. Entretanto, no presente artigo, os dois têrmos serão usados indistintamente, referindo-se ambos à posição na hierarquia de *status*. Para elaboração das diferenças entre *status* e classe, ver Gláucio Ary Dillon Soares, "Classes Sociais, Strata Sociais e as Eleições Presidenciais de 1960", *in Sociologia*, XXIII (setembro de 1961), págs. 217-238, e "Economic Development and the Class Structure", em Reinhard Bendix, R. e Seymour Lipset (eds.), *Class, Status and Power: Social Stratification in Comparative Perspective* (Glencos: The Free Press, em vias de publicação).

fôr êste *status*, tanto menores as disponibilidades econômicas do indivíduo e, conseqüentemente, tanto mais numerosos os problemas que êle não pode resolver sòzinho. Se enfocarmos o problema da maneira vista acima, a utilidade potencial do cooperativismo será tanto maior quanto mais baixo fôr o *status* socioeconômico do indivíduo. Entretanto, como veremos no decorrer dêste artigo, irônicamente, as pessoas com *status* socioeconômico mais baixo são menos propensas ao cooperativismo, isto é, as pessoas que, potencialmente, mais benefícios teriam em pertencer a uma cooperativa, são as que oferecem maior resistência ao cooperativismo.

2. MÉTODO

Os dados referem-se cêrca de 180 entrevistas feitas com chefes de família residentes na Colônia do Piranema, localizada a aproximadamente 50 kms. da Cidade do Rio de Janeiro por estrada pavimenta. Esta pesquisa foi patrocinada conjuntamente pelo Serviço Social Rural, pelo Instituto de Economia Rural da Universidade Rural do Rio de Janeiro, e pelo Instituto de Ciências Sociais da

Quadro 1 — Classes Sociais e Cooperativismo no Piranema, 1961

	Educação do Informante		
Status na Cooperativa local	Analfabeto	Lê e escreve, mas não foi à escola	Foi à escola
Não é cooperado	83%	67%	63%
E cooperado, mas não foi a qualquer reunião da cooperativa	8%	10%	8%
E cooperado, e foi pelo menos a uma reunião da cooperativa	9%	24%	28%
Total *	100%	101%	99%
Número de Casos	(66)	(42) r.2	(60) r.2

* Neste Quadro e no seguinte os totais às vêzes não somam 100% devido às aproximações.

Universidade do Brasil. Os dados foram coletados de Junho a setembro de 1961. Detalhes quanto às técnicas de amostragem podem ser encontrados em trabalho anterior do presente autor. [2]

3. CLASSES SOCIAIS RURAIS E COOPERATIVISMO

Os dados apóiam inteiramente a hipótese: tomando a educação como indicador do *status* sócioeconômico, vemos que 83% dos analfabetos *não* são cooperados, porcentagem que cai para 67% entre pessoas que sabem ler e escrever, mas que não tiveram qualquer instrução formal (isto é, autodidatas que não foram à escola), baixando ainda mais entre os que tiveram alguma instrução formal, isto é, que foram à escola, grupo no qual 63% não são cooperados.

Uma das funções de uma cooperativa moderna é a elevação do nível tecnológico dos cooperados. Esta elevação se efetua através da combinação de diversas técnicas, como a distribuição de material propagandístico, a promoção de palestras e conferências, exibições e demonstrações. A cooperativa do Piranema exerce um esfôrço neste sentido, promovendo com certa freqüência reuniões com professôres e alunos da Escola da Agronomia. Vemos, no Quadro I, a diferença que faz a simples alfabetização na assistência às reuniões. Apenas 9% dos analfabetos foram a, pelo menos, uma reunião da cooperativa naquele ano, ao passo que nada menos de 24% dos que podem ler e escrever, mas que não foram à escola, foram a pelo menos uma reunião. Entre os que foram à escola, esta porcentagem é ainda mais alta, sendo de 28%.

Olhando para êstes dados de outra maneira, vemos que os analfabetos em geral não são cooperados, e os poucos que o são não participam das atividades da cooperativa destinadas a elevar seu nível tecnológico. Assim, um entre dois analfabetos que são cooperados, vai a, pelo menos, uma reunião anual da cooperativa. Entre os que sabem ler e escrever, mas que não possuem instrução formal, e que são cooperados, dois entre cada três participaram de pelo menos, uma reunião da cooperativa, enquanto entre os que

2) Ver, "Classes Sociais e Produção Agrícola não comercializada", trabalho não publicado.

foram à escola, quatro entre cada cinco dos cooperados foram a, pelo menos, uma reunião da cooperativa no ano de 1961.

Assim sendo, chegamos às seguintes conclusões:

a) a maioria absoluta da população do Piranema não é cooperada.

b) há maior porcentagem de cooperados entre as pessoas com *status* socioeconômico mais alto do que entre as pessoas com *status* socioeconômico mais baixo, medindo-se o *status* socioeconômico pelo nível educacional. Daí conclui-se que há, proporcionalmente maior número de pessoas elegíveis para receber os benefícios *econômicos* do cooperativismo entre as classes rurais mais favorecidas, em comparação com as menos favorecidas.

c) considerando-se *apenas* os cooperados, vemos que há maior porcentagem de pessoas que participam das atividades educacionais da cooperativa entre as classes rurais mais favorecidas. Consequentemente, há entre as classes rurais mais favorecidas, maior maior porcentagem de pessoas que recebem os benefícios *tecnológicos* do cooperativismo.

4. CLASSES SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

Durante as duas ou três últimas décadas, vários trabalhos têm demonstrado a existência de uma associação positiva entre os *status* socioeconômico e várias formas de participação social. No setor da participação em associações (ou organizações) voluntárias, vários estudos realizados nos Estados Unidos demonstraram que o *status* sócioeconômico, seja medido pela renda familiar, pela educação ou pela ocupação do chefe da família, se correlaciona de maneira sistemática com a participação em organizações voluntárias. [3] Dados relativos ao México também indicam que a participação em associações voluntárias correlaciona-se positivamente com o *status* socioeconômico. [4]

---

3) Ver, por exemplo, Morris Axelrod, "Urban Structure and Social Participation", em *American Sociological Review*, 21 (february, 1956); Mira Komarovsky, "The Voluntary Association of Urban Dwellers", em *American Sociological Review*, 11 (december, 1946); Scott Greer, "Urbanism Reconsidered", *in American Sociological Review*, 21 (february, 1956).

4) Ver, Mireya Suárez, 'Migración Rural-Urbana y Cambios Familiares", trabalho apresentado à Mesa Redonda de Antropologia (San Luis de Potosí, México, 1963).

Outras formas de participação social, como a participação política, estão igualmente correlacionadas com o *status* socioeconômico, e cada estudo repete as mesmas conclusões anteriores: quanto mais alto o *status,* tanto mais alta a participação. [5]

A questão fundamental, neste ponto, é saber se a relação entre *status* e cooperativismo é um caso particular de uma relação mais geral, ou seja, a da realção entre *status* e participação em organizações e associações voluntárias. Neste caso, o cooperativismo representaria apenas *um tipo* de associação voluntária, e as relações com quaisquer variáveis se válidas para outros tipos de associações voluntárias, deveriam igualmente apresentar-se no caso do cooperativismo. A hipótese oposta seria a de que a relação entre *status* sócioeconômico e cooperativismo não seria um reflexo de uma relação mais geral entre *status* e associacionismo voluntário, sendo uma relação direta com o cooperativismo *qua* cooperativismo. O Quadro II sugere que as relações entre *status* socioeconômico e participação em associações voluntárias são paralelas às relações entre *status* socioeconômico e cooperativismo:

Quadro II — *Status* Socioeconômico e Participação em Associações Voluntárias.

	% que não pertence a qualquer associação
Analfabetos	75% (68) *
Lê e escreve, mas não foi à escola	61% (44)
Foi à escola	45% (60) r.1

* Totais sôbre os quais as porcentagens foram extraídas.

Vemos que a porcentagem de pessoas que não pertencem a qualquer tipo de associação voluntária decresce de 75% entre os analfabetos para 61% entre os autodidatas, baixando ainda mais

5) Ver, a êste respeito Gláucio Ary Dillon Soares, "Interêsse Político, Conflito de Pressões e Abstenção Eleitoral", *in Revista de Direito Público e Ciência Política, IV* (março de 1961), págs. 58-82. Ver também Augus Campbell *et al, The American Voter* (New York: John Wiley, 1960), págs. 471-478.

para 45% entre os que foram à escola. Assim, verifica-se a existência de uma clara relação positiva entre *status* socioeconômico e associacionismo, sugerindo a possibilidade de que a redação entre *status* socioeconômico e cooperativismo seja apenas um caso particular desta relação mais geral.

5. IMPLICAÇÕES TECNOLÓGICAS. —

Sugerindo que a associação entre *status* socioeconômico e cooperativismo pode ser vista como um caso particular de um fenômeno mais geral, a associação entre *status* socioeconômico e participação social. Assim sendo, o isolacionismo das classes rurais menos favorecidas impede ou dificulta o processo de difusão de qualquer inovação tecnológica, limitando drásticamente o número de canais através dos quais a inovação poderia atingi-lo. Por outro lado, evidentemente, o analfabetismo e o baixo nível educacional são, em si mesmo, obstáculos à difusão mais direta, isto é, através de material escrito e não através de contatos pessoais. Em resposta à pergunta: "De donde vem a maioria das notícias e novidades sôbre roça, agricultura, etc.?", apenas 4% dos que não foram à escola (inclusive os que sabem ler e escrever, mas que não foram à escola) citaram jornais e revistas como fontes da maioria de notícias e novidades, ao passo que nada menos de 23% dos que foram à escola citaram êstes veículos. Note-se que, neste último grupo, consideramos as pessoas que *apenas* foram à escola, e que a maioria das pessoas consideradas neste grupo não completaram o curso primário. Assim, entre pessoas com médio ou alto nível educacional, digamos com curso secundário ou equivalente, o porcentagem correspondente é bastante mais alto. Entretanto, os dados acima indicam os benefícios consideráveis que seriam obtidos através da simples alfabetização rural, e, em têrmos utópicos, as mudanças radicais que seriam observadas se fôsse possível assegurar educação primária completa à população rural.

6. IMPLICAÇÕES POLÍTICAS.

A relação entre *status* socioeconômico e associacionismo tem implicações políticas interessantes. Uma importante linha de teoriza-

ção em Sociologia Política, iniciada por Tocqueville, coloca uma ênfasis especial no papel das associações voluntárias e de outras organizações na manutenção da democracia e na prevenção de totalitarismo. Tocqueville impressionou-se particularmente com o crescimento do Estado moderno e de seu poder, e com a diminuição da liberdade individual. Tocqueville, em seus estudos sôbre o sistema político americano, chegou à conclusão de que a democracia americana se baseava, por um lado, na existência de administração local, não centralizada, e, por outro lado, na existência de numerosas associações voluntárias (que Tocqueville chamava de associações públicas) que constituíam centro não oficiais de poder. [6] Êstes centros limitariam, por um lado, o poder avassalador de uma administração extremamente centralizada que poderia conduzir à "tirania da maioria" e, por outro lado, reduziriam consideràvelmente o poder de indivíduos e famílias poderosos.

Outros autores, como Emil Lederer, retomaram êste problema em épocas mais recentes. Lederer insistiu na necessidade de múltiplos centros independentes de poder que pudesssem dividir o poder do estado central e, através desta divisão, limitá-lo. Sem êstes centros, caracterizar-se-ia uma sociedade de massas ou, na nomenclatura de Lederer, o estado das massas, com alto potencial ditatorial. [7]

Weber, em certo sentido, preocupou-se com um problema semelhante. Observando o crescimento contínuo do aparelho burocrático das nações européias, Weber previu o perigo que tal crescimento poderia representar para a massa de indivíduos isolados e impotentes, chegando ao ponto de afirmar que a socialização dos meios de produção acentuaria êste problema e que a ditadura do proletariado seria, efetivamente, uma ditadura de pequenos buro-

---

6) Ver Alexis de Tocqueville, *Democracy in America* (New York: Shocken Books, 1961.

7) Ver Emil Lederer, *The State of the Masses* (New York: Norton, 1940). Vários outros autores seguiram esta linha de teorização, como Hannah Arendt, no seu trabalho *The Origins of Totalitarianism* (New York: Meridian Books, 1962) e Phillip Selznick, *The Organizational Weapon* (Glencoe: The Free Press, 1962).

cratas. [8] Michels, confinando seus trabalhos à análise interna de organizações, especìficamente partidos políticos e não analisando sociedades globais, chegou a conclusões semelhantes, no sentido de que todas as organizações tenderiam a uma forma de govêrno essencialmente oligárquica, que perpetuaria os dirigentes destas organizações em suas funções. [9]

O problema proposto por Micheles serviu de inspiração a Lipset, Trow e Coleman, que relacionaram a existência de democracia *interna* no sindicato dos gráficos em New York (ITU) à existência de centros associações voluntárias, independentes da direção do sindicato. [10] Um estudo mais recente, efetuado em um sindicato semelhante no Estado da Guanabara, sugere que quando os subcentros de poder e as associações voluntárias não são autônomas e são controladas pelo poder central, o grau de dominação e tirania dos que detêm o poder central é ainda maior. [11]

Assim, moderna Sociologia Política retomou o problema onde o deixaram os autores clássicos. Hoje existem vários trabalhos que estudam a sociedade de massas e suas implicações para a existência de uma democracia pluralista. [12] Especìficamente, o que se teme é a existência de um só centro organizado de poder, com alto grau de organização e burocratização, através do qual um grupo relativamente de oligarcas poderia controlar totalitàriamente a vida de uma

---

8) Ver, J. P. Mayer, *Max Weber and German Politics* (London: Faber & Faber, 1943), págs. 125 e seguintes, onde são apresentados na íntegra os comentários que Weber fêz a êste respeito na conferência da Verein für Sòzialpolitik, no ano de 1909. Ver tambem Max Weber, "Der Sozialismus" em *Gesammelte Aufsätze zur Soziologis und Sozialpolitik* (Tübingen: J. C. Mohr, 1924), págs. 492-518.

9) Ver Robert Michels, *Political Parties* (New York: Dover, 1959).

10) Ver Seymour M. Lipset, Martin Trow e James Coleman, *Union Democracy* (New York: Doubleday-Anchor, 1962).

11) Ver Neuma Figueiredo de Aguiar, "O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica do Estado da Guanabara", em *Revista de Direito Público e Ciência Politica* , V (janeiro abril de 1962), págs. 62-80.

12) Ver, principalmente, os trabalhos de William Kornhauser, *The Politics of Mass Society* (London: Routledge & Kegan Paul, 1960) e de Gino Germani, *Política y Sociedad en una Epoca de Transición* (Buenos Aires: Paidos, 1965).

grande massa de indivíduos isolados que seriam reduzidos à apatia e à impotência. Quando a oligarquia que domina o centro de poder políticos, também domina o poder econômico, configura-se uma situação ainda pior que a de vários grupos que se interpenetram para formar uma elite do poder, tal como foi descrita por Mills [13], uma vez que se trata apenas de um único grupo que controla *simultâneamente* várias dimensões de poder.

Êste quadro dantesco se apilca, até certo ponto, às zonas rurais da maioria dos estados brasileiros. Muitas destas áreas se encontram sob o domínio político de famílias tradicionais que há séculos monopolizam o poder local. [14] Caracteristicamente, a atividade política se limita aos membros destas famílias, usualmente fazendeiros, e à um número reduzido de membros da burguesia das pequenas cidades, como o médico local, dois ou três comerciantes, o advogado, etc. [15]

O cooperativismo poderia constituir uma solução para esta situação, assim como à sindicalização rural. Desde alguns pontos de vista, o cooperativismo oferece certas vantagens em relação à sindicalização. Por não ser uma instituição de classe, não provocaria as mesmas reações agressivas por parte das elites dominantes. A fun-

---

13) Ver C. Wright Mills, *The Power Elite* (New York: Galaxy Books, 1959). Em um estudo interessante, Pablo González Casanova considera, por um lado, o marginalismo social e econômico de grande parte da população mexicana, e, por outro lado, a concentração de poder nas mãos do Executivo Federal, como os grandes freios à completa democratização do México. Ver *La Democracia en México* (Ciudad de México: ERA, 1965).

14) Há vários trabalhos interessantes que descrevem o monopólio quase exclusivo que as famílias dominantes exercem sôbre a política municipal nas zonas rurais brasileiras. Ver Víctor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (Rio de Janeiro, 1948), Luiz Silva, "Implicações Políticas do Desenvolvimento Industrial em Barroso — M. G.", em *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 9 (julho de 1960), págs. 234-251, Oracy Nogueira, "Os Movimentos e Partidos Políticos em Itapetininga", em *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 11 (junho de 1961), págs. 222-247.

15) Note-se que, via de regra, boa parte desta burguesia local, ou está constituída por membros destas famílias dominantes, ou por indivíduos diretamente ligadas com ela.

ção educativa e de elevação do nível tecnológico que normalmente desempenham as cooperativas têm positivas implicações econômicas. Enfim, a cooperativa permitiria aos trabalhadores rurais contrabalançar em parte o poder da elite dirigente, fornecendo-lhes as primeiras possibilidades de ação organizada.

Infelizmente, as estruturas sociais que caracterizam as zonas rurais brasileiras conspiram contra êste objetivo. O analfabetismo pràticamente exclui a participação em associações voluntárias, entre elas, a cooperativa. Nos poucos locais em que existe uma cooperativa agrícola, é provável que ela beneficie principalmente os que menos necessitam dela. Não obstante, a julgar pelos dados do Piranema, a cooperativa integra na vida organizada e associativa uma certa porcentagem da população local que, ainda que se refira a uma minoria, não é uma porcentagem desprezível. [16] Esta minoria representaria, em si mesma, início de abertura para a mudança, uma primeira cabeça de ponte modernizadora, localizada no cerne destas estruturas arcaicas, tradicionalista e antidemocráticas que são as zonas rurais brasileiras.

16) É necessário não esquecer que 17% dos analfabetos eram cooperados, assim como 33% dos que, sem instrução formal, sabiam ler e escrever. Quando tratamos de milhões de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores, meeiros e parceiros, em têrmos de freqüências absolutas, estas porcentagens adquirem significação.